

Dívida interna aumenta 765% e chega a 106,4 tri

BRASÍLIA — A dívida mobiliária federal, representada pelos títulos em poder do mercado, teve um crescimento estrondoso no primeiro semestre do ano. De um total de Cr\$ 12,3 trilhões no fim de 1991, a dívida saltou para Cr\$ 106,4 trilhões no fim de junho, um aumento de 765% em termos nominais. A comparação com a inflação do primeiro semestre, medida pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI), que ficou em 236,71%, mostra que o crescimento real da dívida mobiliária foi de 157%.

O diretor de Política Monetária do Banco Central, Pedro Bodin, explica que o aumento do endividamento federal se deveu a três fatores: a devolução dos cruzados novos, o crescimento das reservas internacionais e as altas taxas de juros praticadas no mercado interno.

A devolução dos cruzados novos e o forte ingresso de recursos externos provocaram um aumento da quantidade de cruzeiros em circulação na economia, que tiveram de ser enxugados através da colocação de títulos públicos. Soma-se a isto os altos juros fixados pelo Governo para incentivar as aplicações financeiras e inibir o consumo.

— Nós reconhecemos que a dívida cresceu muito, mas não havia outra alternativa. Não podíamos

deixar de devolver os cruzados — argumenta Bodin.

O diretor do Banco Central garante que, no segundo semestre, o endividamento em títulos do Governo terá um crescimento menor. O fim da devolução dos cruzados, em agosto, e a redução do ritmo de entrada de dólares vão diminuir a necessidade de colocação de títulos públicos. Além disto, segundo Bodin, o aumento da arrecadação de impostos e uma virtual queda da inflação permitiriam uma pequena folga na execução da política monetária, que foi a principal âncora do Governo no primeiro semestre.

A base monetária, representada pelo papel-moeda em poder do público mais as reservas bancárias, teve um crescimento de 155,8% no primeiro semestre, se levada em consideração a média dos saldos diários. Pelo conceito de final de período, o aumento foi de 119,2%.

Segundo Bodin, os resultados indicam que a base sofreu uma redução real de 34,9%, pois a inflação no período foi de 236,71%. Para o diretor do BC, este comportamento indica que o Governo mantém total controle sobre a liquidez na economia e que a política fiscal “está longe de ser frouxa”.